



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 115

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE AGOSTO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

Ato da Presidência:**RESOLUÇÃO Nº 003/98****SÚMULA:**

Autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a transferência da comunidade de Vista Gaúcha para o Município de Pranchita.

Data: 29 de junho de 1998.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o Artigo 123 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o plebiscito para que a população decida sobre a transferência da comunidade de Vista Gaúcha, ora pertencente ao Município de Bela Vista de Caroba, volte a pertencer ao Município de Pranchita.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.06.98

(a) ANIBAL KHURY

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**13ª LEGISLATURA****ATA DA 36ª SESSÃO****EXTRAORDINÁRIA****REALIZADA EM****24 DE AGOSTO DE 1998***(segunda-feira)*

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e cinquenta minutos minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck,

Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni, e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 1445**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e nos termos Regimentais, REQUER, ouvido o duto Plenário, Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 259/98 (Autoriza doação de imóvel em Jacarezinho).

Sala das Sessões, em 24.08.98.

(a) BETO RICHÁ.

REQUERIMENTO Nº 1444

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 330/98 e 335/98.

Sala das Sessões, em 24.08.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1442

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da Redação Final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.08.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1414

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº 335/98, de autoria do Deputado Anibal Khury. Autoriza o Poder Executivo a retomar as obras do Contorno Norte.

Sala das Sessões, em 24.08.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoioamento:

Luiz Claudio Romanelli, Ricardo Chab, Eduardo Trevisan, Valdir Rossoni, Renato Adur, Plauto Miró Guimarães, Carlos Simões, Caíto Quintana, Cesar Seleme, Nereu Moura, Nelson Justus, Orlando Pessuti, João Techy, Paulo Gorski, Albanor Gomes, Élio Rusch, Sérgio Spada, Luiz Carlos Zuk, Anibal Khury, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins e Walmor Trentini.

REQUERIMENTO Nº 1415

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº 330/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que prorroga os efeitos da Lei nº 11.800, de 10/07/97. Parcelamento dos créditos tributários devidos em decorrência do ICMS.

Sala das Sessões, em 24.08.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoioamento:

Luiz Claudio Romanelli, Ricardo Chab, Eduardo Trevisan, Valdir Rossoni, Renato Adur, Plauto Miró Guimarães, Carlos Simões, César Seleme, Anibal Khury, João Techy, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura, Caíto Quintana, Paulo Gorski, Sérgio Spada, Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, Nelson Justus, Durval Amaral, Albanor Gomes, Élio Rusch e Walmor Trentini.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1414 e 1415, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoioamento dos Senhores Deputados Luiz Claudio Romanelli, Ricardo Chab, Eduardo Trevisan e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação dos Projetos

de Lei nºs 335/98 e 330/98 de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury. **Aprovados.**

Requerimento nº 1444, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 330/98 e 335/98. **Aprovado.**

De acordo com os requerimentos aprovados, está transformada a Assembléia em Comissão geral para o Projeto de Lei nº 335/98.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/98, de autoria do Deputado Horário Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a retomar a obra de construção do Contorno Norte de Curitiba, conforme especifica. SEM PARECER. (**Publ. no D.A. nº 113, de 18.08.98**).

O Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti fará a leitura do parecer.

O SR. 2º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Alborghetti**)
(**Lê parecer**)

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Os Senhores Deputados que aprovam o parecer, conservem-se como estão.

O SR. FLORISVALDO FIER (**Para Discutir**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Esse Projeto de Lei nº 335/97, é uma lei autorizatória. Por diversas vezes esse Poder tem debatido essa questão de leis autorizatórias. E teve já Parecer da CCJ, que infelizmente foi derrubado, que as leis autorizatórias são projetos inconstitucionais. Quero lembrar os Senhores Deputados que no Congresso Nacional, todo o projeto de lei autorizatório, não tem sua tramitação concretizada, porque é um entendimento do Congresso, da inconstitucionalidade de todos eles. No momento estamos analisando a inconstitucionalidade, mas como o projeto entra em votação, me chama a atenção também, rapidamente, a questão de mérito, porque no Artigo 1º do projeto, fica o Poder Executivo autorizado a retomar a obra de construção do Contorno Norte de Curitiba, através de contrato anteriormente celebrado.

Quer dizer, essa Casa está autorizando o Poder Executivo a dar continuidade de uma obra através de contrato anteriormente celebrado. Por que é que a obra está interrompida e qual é a razão? Necessitamos de esclarecimentos. O contrato não estão sendo executado e sim está autorizando agora, que se faça através daquele contrato anteriormente celebrado. A obra foi interrompida e o contrato não está sendo cumprido, por que houve superfaturamento da obra? Há irregularidade no contrato? São perguntas que estou fazendo. Houve irregularidade na licitação? Está em demanda judicial, em disputa judicial esse contrato? São questões que necessitariam de respos-

tas para votar esse projeto. E se essas respostas não vierem, não forem dadas, voto contra a inconstitucionalidade e contra o mérito de tal projeto, e já registro o voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Devo informar ao Deputado, que sou o autor do projeto. É um contrato que foi realizado com o Governo do Estrado em concorrência em 1993. Houve um período em que o Estado abandonou a construção da estrada. Não há nada ilegal no judiciário. E era preciso que a estrada continuasse até Curitiba. O Tribunal de Contas achou quer o contrato deveria ser prorrogado, ou por concorrência, ou por lei. Como é uma obra que está parada, são 5 quilômetros, resolvi, a pedido dos moradores daquela região, apresentar o projeto.

Em votação o projeto.

Parecer. **Aprovado.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que prorroga os efeitos da Lei nº 11.800, de 10 de julho de 1997, conforme especifica. **SEM PARECER (Publ. no DA nº 111, de 17.08.98).**

Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, relato o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 330/98.

**“SUBSTITUTIVO
AO PROJETO DE LEI Nº 330/98**

Art. 1º - O § 1º do art. 38 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º Será de 1% (um por cento) ao mês ou fração o percentual de juros de mora:

a) até cento e oitenta dias da data em que expirar o prazo de pagamento, desde que o crédito tributário correspondente seja pago ou parcelado;

b) relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.”

Art. 2º - Aos créditos tributários devidos em decorrência da legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, lançados até a data da publicação da presente lei, objetivo ou não de execução fiscal, desde que pagos ou parcelados até 26.02.99, aplica-se-á juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Parágrafo Único - O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta Lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

Art. 3º - O disposto nesta lei não enseja a restituição ou compensação de crédito tributário já extinto.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.08.98.

(a) ANIBAL KHURY”

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, o Projeto de Lei nº 330/98 se justifica pela dificuldade que hoje passam as empresas, especialmente na questão de liquidez. Recentemente tivemos, através da Lei 11.800, 11.580 o parcelamento até junho do ano passado. Foi sem dúvida uma forma que o Estado encontrou e a própria Secretaria e esta Casa avaliaram, para que pudessem as empresas entrar inclusive, numa situação de regularidade e participando de concorrência públicas, exigência da Lei nº 8666.

Continuando o arrocho financeiro e as empresas em dificuldades, entendemos que o Projeto 330/98 tem o seu propósito e somos de parecer favorável segundo o substitutivo que acabamos de ler.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Votação ao parecer. **Aprovado.**

Votação ao substitutivo.

Para encaminhar, Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER (Para Encaminhar)

É a terceira vez que esta Casa debate a questão das anistias fiscais a ser concedida para os empresários, comerciantes que estão na dívida ativa do Estado, que estão sendo executados e cobrados pelo Estado. Nas vezes anteriores nos colocamos contrário a esse tipo de proposição, e agora novamente queremos registrar o nosso voto contrário.

Porque como nas vezes anteriores é tratado de maneira generalizada, aqueles que estão em débito para com o Estado, não importando se o débito é devido a dificuldades econômicas da empresa, ou se os débitos são devidos a falcatruas, a irregularidades ou mesmo à sonegação de impostos, é tratado da mesma maneira todas as empresas.

Entendemos que não é possível tratar o sonegador, junto com o que está com dificuldade econômica, dando os mesmos privilégios a eles.

Uma coisa também que me chamou a atenção e nos foi informado pela Presidência da Mesa, que este projeto é um comum acordo com a Secretaria da Fazenda, com a Associação Comercial do Estado do Paraná. Acho que a ouvir um segmento organizado da sociedade, deveria ser ouvido outro segmento da sociedade, e não votar uma lei em função de um acordo unilateral, entre um segmento da sociedade e o Governo do Estado.

Então registramos desde já o nosso voto contrário ao projeto que ora estamos discutindo, que é o de nº 330/98.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Votação o Substitutivo Geral com parecer favorável. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 234/98, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Unidos de Pinhalito, com sede e foro no Município de Diamante do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Canelão, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/98, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores Rurais de Nova Esperança, com sede no Município de Mandirituba e foro no Município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre anistia de dívidas decorrentes de multas de trânsito, e dá outras providências. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/98, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo que declara de Utilidade Pública a Pastoral da Criança e da Saúde, com sede e foro no Município de Vera Cruz do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 70, de 26.05.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 200/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a “Pastoral da Criança e da Saúde”, com sede e foro no Município de Vera Cruz do Oeste.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/98, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que institui o Dia do Agente Penitenciário a ser comemorado no dia 13 de novembro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 70, de 26.05.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 202/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Chab que visa instituir o dia do agente penitenciário a ser comemorado no dia 13 de novembro.

Chamada esta Comissão a se manifestar, apresentamos emenda para melhor adequar às normas de técnica legislativa.

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 24.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 202/98

Art. 1º - Fica instituído no calendário dos eventos paranaenses o Dia do Agente Penitenciário, a ser comemorado no dia 13 de novembro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1442, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1445, de autoria do Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de um novecentos e noventa e oito, às 13:30 horas, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Geraldo Cartário, Toti Colaço, Eduardo Trevisan, Basílio Zanusso, César Seleme, Élio Lino Rusch, José Tavares e mais os Deputados Valdir Rossoni e Orlando Pessuti. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 260/98, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 271/98, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 270/98, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 254/98, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Lino Rusch - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 256/98, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Lino Rusch - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 173/98, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de lei nº 114/98, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário, na forma da emenda de Plenário - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 237/98, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 167/98, de autoria do Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 250/98, de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 420/97, de autoria do Deputado Miltinho Puppio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 477/97, de autoria do Deputado Renato Adur.

Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 576/97, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 216/98, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 233/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 234/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 064/98, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 147/98, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 168/98, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário, na forma da emenda anexa - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 225/98, de autoria do Deputado Sâmis da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 227/98, de autoria do Deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 251/98, de autoria do Deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário na forma da emenda anexa - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 257/98, de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 646/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA TERMO DE ATA

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: José Maria Ferreira, Orlando Pessuti, Carlos Simões. Não havendo número legal, o Senhor Presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presi-

dente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA

Aos onze dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Eduardo Trevisan, Florisvaldo Fier, Edgar Bueno, Walmor Trentini. Não havendo número legal, o Senhor Presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Edgar Bueno, Carlos Simões, José Maria Ferreira. Não havendo número legal, o Senhor Presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária